

Plano de Monitoramento de Impactos Sociais derivados do Projeto Carbono Suruí

O presente “*Plano de Monitoramento dos Impactos Sociais derivados do Projeto Carbono Florestal Suruí (PCFS)*” foi desenvolvido pelo Forest Trends com o apoio das entidades: Associação Metareilá, Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) e Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam) e Associação de Defesa Etnoambiental (Kanindé). O Plano é parte da documentação necessária (pré-requisito) para o processo de auditoria/verificação das atividades do Projeto no padrão CCB.

1. Descrição do processo atual do Projeto

Considerado uma alternativa inovadora e promissora no cenário amazônico, o PCFS vem implementando ações que visem a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais dos 247.870 hectares da Terra Indígena Sete de Setembro (TISS) – localizada nos estados de Rondônia e Mato Grosso – procurando garantir os recursos financeiros para uma gestão efetiva e para o etno-desenvolvimento da população (25 aldeias) que nela habita.

Elaboradas para serem executadas num período de duração de 30 anos, as ações de fiscalização, produção sustentável e fortalecimento institucional – propostas no Projeto – deverão possibilitar a redução (emissões líquidas) de 7.423.806,2 tCO₂e que seriam provenientes do desmatamento de 12.217,8 ha¹, num cenário sem o Projeto.

Para controlar o desmatamento que ocorria na TISS os responsáveis² pelo Projeto propuseram atividades agrupadas em quatro grandes eixos, que são:

- 1) Fiscalização e Meio Ambiente: Apoiar o monitoramento, a vigilância e a capacitação dos Paiter Suruí para a defesa de seu território;
- 2) Segurança Alimentar e Produção Sustentável: Organizar as possibilidades de utilização econômica dos recursos naturais existentes dentro da TISS de forma sustentável;
- 3) Fortalecimento Institucional: Contribuir para a autonomia do povo Paiter Suruí na gestão territorial da TISS por meio do fortalecimento institucional de suas organizações;
- 4) Desenvolvimento e implantação de um mecanismo financeiro - Fundo Suruí: para a gestão financeira do Projeto de Carbono Florestal Suruí, que é uma ferramenta essencial para a implantação do Plano de Cinquenta Anos³ do Povo Paiter-Suruí, na TISS.

Este conjunto de atividades busca assegurar o fim do desmatamento na TISS, atacando as duas raízes principais, que são (i) a falta de alternativas econômicas para garantir o bem estar dos Paiter-Suruí e (ii) a entrada de atores externos para conduzir atividades ilegais.

Validado em 30 de março de 2012⁴, o PCFS já iniciou parte das atividades. O quadro a seguir apresenta a situação atual do desenvolvimento das atividades proposta do documento do PCFS.

Quadro 1. Situação atual do desenvolvimento das atividades proposta do documento do PCFS.

E.T.	Atividades Propostas	Situação Atual
1	1.1. Limpar e reaventar picadas demarcatórias;	Realizado em 2010 e validado em 2011, com apoio da FUNAI;
	1.2. Capacitação de Agentes Ambientais;	Realizado três capacitações com recurso da USAID, Amigos da Terra e Gordon and Betty Moore Foundation
	1.3. Aproximar ações de fiscalização com FUNAI e Polícia Ambiental;	Três participações da FUNAI na expedição de vigilância. As comunidades indígenas do Corredor Etnoambiental Tupi-Monde

¹ Resultado de: desmatamento esperado no cenário de linha de base (2009-2038): 13.575,3 ha (menos o) desmatamento esperado no cenário do Projeto: 1.357,5 ha

² Proponente do Projeto: Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí. Outras instituições: Associação de Defesa Etnoambiental (Kanindé); Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM); Forest Trends; Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM); Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO); Associação Gãbgir do Povo Indígena Paiter Suruí; Associação do Povo da Floresta Kabaney; Associação Garah Pameh do Povo Kabaney Paiter Suruí; Associação Pamaur de Proteção ao Clã Makor do Povo Paiter Suruí; Instituto Florestal Yabner Gãbgir do povo Paiter Suruí; e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO), gestor do Fundo Suruí.

³ A mudança recente no comportamento dos Paiter Suruí e das atividades econômicas desenvolvidas na TISS está documentada no Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro (Plano de 50 anos) e no “*Plano de Ação Participativo para o Desenvolvimento de uma Economia Racional e de Manejo Sustentável dos Recursos Naturais da Terra Indígena Sete de Setembro*” que definiu as principais atividades para promover uma melhoria substancial na qualidade de vida do povo indígena, além de diretrizes estratégicas para seu desenvolvimento.

⁴ A versão 1.0 do PCFS foi submetida aos auditores em 13 de Outubro de 2011

		elegeram um Suruí como representante regional na administração FUNAI de Cacoal. Consta-se a falta de recursos para os processos de vigilância; Foram designados 4 Paiter Surui para compor o Comitê Gestor da FUNAI, onde todos os assuntos relativos a implementação das políticas públicas em terras indígenas são tratados.
	1.4. Implementar rotina de expedições de vigilância.	Implementado, não conforme o plano de proteção em função de algumas adaptações de caráter social e orçamentário;
2	2.1. Diagnosticar o potencial produtivo e a necessidade de assistência técnica em algumas frentes produtivas;	Foi iniciado o diagnóstico em algumas frentes produtivas;
	2.2. Promover discussão sobre a Rede de Produtores;	Iniciada discussão em 3 redes de castanha da Amazônia, turismo e artesanato; Elaborado o Plano de Negócios de Turismo da TISS Realização de oficinas com mulheres indígenas voltadas para garantia dos seus direitos e organizar a comercialização e venda do artesanato. Elaboração do estudo realizado pela Ecam junto com a Metareila: "Subsídios para construção do Plano de Promoção às Alternativas Econômicas da Terra Indígena Sete de Setembro" Consultoria (contratada pela Ecam) para trabalhar a cadeia de castanha junto aos Paiter.
	2.3. Identificar alternativas sustentáveis para geração de renda;	Realizado 100%. Apresentação do documento "Subsídios para construção do Plano de Promoção às Alternativas Econômicas da TISS" (Milanez 2011); Apresentado e validado o Plano de Negócio de Turismo: Estudo de Mercado da Terra Indígena Sete de Setembro(CSF/Kaninde/Metareila, 2012)
	2.4. Promover cursos de produção agroextrativista;	Não realizado.
	2.5. Identificar problemas tecnológicos e apontar procedimentos de melhoria;	Não realizado.
	2.6. Implementar manejo agroecológico de roças;	Não realizado. Primeiros plantios de café e banana consorciados
	2.7. Estruturar e aprimorar cadeias produtivas;	Parcialmente realizado. Cadeia de artesanato, castanha e turismo (plano de negócio), falta a implementação das atividades.
	2.8. Elaborar material de comunicação;	Parcialmente realizado. Publicação do Folders sobre o Plano de Gestão 50 anos, PCFS o etnozoneamento.
	2.9. Fomentar atividades de reflorestamentos e Sistemas Agroflorestais, plantios e adensamento;	Início do plantio (150 mudas plantadas em 12 aldeias)
	2.10. Fornecer assistência técnica para produção local;	Primeiros diálogos com a Secretaria da Agricultura do Município
	2.11. Analisar possibilidade de certificação	Não realizado.
3	3.1. Fazer planejamento de estruturação dos Centros de Apoio;	Reabilitação do Centro de Formação Paiter Suruí (recurso Fundo Vale)
	3.2. Apresentar Plano para aprovação dos Paiter.	Primeiras conversações sobre o Plano de Política Pedagógica Suruí
	3.3. Equipar Centros de Apoio (computadores, impressoras, telefones, etc.) e veículos;	Parcialmente equipado com computadores e impressoras (recurso Fundo Vale)
	3.4. Assessoria Técnica (gestão e organização administrativa).	Orientações técnicas sobre gestão financeira ministrada pela Kanindé diretamente ao núcleo financeiro da Metareila (2011 e 2012). Curso de gestão financeira dado pelo IEB com o apoio da USAID (2011)
	3.5. Contratação de pessoal	Metareila contratou equipe técnica indígena que atua diretamente na instituição com recursos da USAID.
4	4.1. Criar modelo de gestão financeira para Fundo Suruí;	Criação de Manual (elaborado pelo FUNBIO) validado com as lideranças. Não existe ainda um CNPJ (e conta banco).
	4.2. Diversificar fontes de recursos para implementação das atividades do projeto	Novos projetos (contrapartida, ex. Projetos ECAM e Forest Trends financiado pela Fundo Vale; Projeto Idesam, ECAM, Kanindé e Metareilá financiado pela Skoll , Projeto Kaninde financiado pelo Amigos da Terra e Gordon and Betty Moore Foundation, Projeto

		Metareila de Ponto de Cultura financiado pelo Governo de Rondonia e MEC)
--	--	--

* Eixos Temáticos (ET): 1. Fiscalização e Meio Ambiente; 2. Segurança Alimentar e Produção Sustentável; 3. Fortalecimento Institucional; 4. Desenvolvimento e implantação de Mecanismo Financeiro (Fundo Suruí)

2. Situação atual dos impactos sociais esperados

O período entre a data de início do projeto (i.e. junho de 2009 conforme acordo entre os Clãs para paralisação da atividade de extração de madeira) e a entrada de recursos proveniente da venda de créditos de carbono está sendo considerado “muito longo” por parte da comunidade.

Passado quase um ano desde a validação do Documento de Concepção do Projeto (PDD) do PCFS é possível constatar que alguns impactos sociais positivos contemplados no documento ainda não ocorreram em sua totalidade. Em realidade, algumas situações críticas como invasões e retirada ilegal de madeira mesmo em menor escala continuam a existir na TISS. Entretanto, cabe ressaltar que apenas uma pequena parte das ações propostas no projeto foi executada até o momento (devido à falta de recursos). O Quadro 2 apresentado a seguir faz uma comparação dos impactos esperados ao início do projeto descritos no PDD e a situação atual.

Quadro 2. Impactos esperados para comunidade (durante a proposição do Projeto), situação atual e ações mitigadoras.

ET	Impactos esperados ao início do projeto	Situação atual	Ações mitigadoras/desenvolvimento
1	Eliminação das invasões na TISS	Continua o processo de invasões na TISS, porém em menor escala	Reivindicação da ação dos órgãos governamentais competentes; Apresentação da proposta de gestão do TISS. Reuniões com a FUNAI/BSB para proteção do território.
	Término da retirada ilegal de madeira na TISS	Segue a retirada ilegal de madeira na TISS, porém em menor quantidade	Reunião do Parlamento Paiter Suruí para discutir o tema e adotar medidas de mitigação; Vigilância feita pelos Paiter Suruí na região de invasão tendo como resultado a apreensão de madeireiros (Apoio da USAID, projeto CONSBIO). Reuniões para resolução dos conflitos junto aos indígenas que foram aliciados pelos madeireiros. Reuniões junto ao Ministério Público, Polícia Federal, Secretaria de Direitos Humanos para que os órgãos tomassem providências. Reunião junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Rondônia para que fosse feita a fiscalização no entorno da terra indígena na região de Pacarana, tendo como resultado o fechamento de madeireiras.
	Garantia da integridade física do território	Continua o risco de invasão	Implementação do Etnozoneamento Paiterey Garah da TISS. Foram colocados indígenas e funcionários da FUNAI nas bases de vigilância, que ficaram por algum tempo, deixando a função por falta de diárias para mantê-los no local.
2	Melhoria das condições econômicas;	Ainda não ocorreu a melhoria das condições econômicas esperadas. No entanto, foi desenvolvidas um arranjo de comercialização conjunta de 20 toneladas de castanha com a COPAVAN (processo que anteriormente era feito através de atravessadores);	Elaboração de Subsídios para construção do Plano de Promoção às Alternativas Econômicas da TISS (Milanez 2011)
	Garantia de fontes de renda alternativas não vinculadas ao desmatamento e degradação florestal		Início de trabalho de produção e valorização de artesanatos; Contratação de extensionista rural (ECAM) para assistência técnica das etapas de coleta e beneficiamento.
	Garantia de fontes diversificadas de alimentos para os Paiter Suruí	Início de implementação de pequenas áreas de Sistemas Agroflorestais (SAFs)	Elaboração do Plano de ação participativo para o desenvolvimento de uma economia racional e de manejo sustentável dos recursos naturais da TISS (Gamebey 2010)
	Melhoria na dieta	Preparação de um curso	Elaboração do Plano para valorização da dieta

	alimentar dos Suruí	prático de SAFs;	alimentar tradicional para o povo Paiter Suruí
3	Melhoria na estrutura de trabalho e comunicação das associações;	Necessidade de melhoria do consenso sobre a agenda de sustentabilidade (Plano de Ação) Consolidação do Centro de Formação do Povo Paiter Suruí	Reunião do Parlamento Paiter Suruí para discutir o tema e adotar medidas de melhorias para comunicação interna e cumprimento do Plano de Gestão de 50 anos; Assinado Aditivo do Acordo entre os Clãs pelas associações reafirmando o compromisso com o projeto de carbono.
	Fortalecimento da união entre as associações		
	Associações adequadamente capacitadas para o desenvolvimento de suas ações		
4	Garantia de sustentabilidade financeira em longo prazo	Ausência de recurso assegurado.	Busca para obter os primeiros recursos (venda créditos carbono)
	Fundo Suruí operacionalizado	Ausência de mecanismo. Não existe um CNPJ (conta banco) Necessidade de elaborar o Plano de Captação de Recursos	Criação de Manual (elaborado pelo FUNBIO) validado com as lideranças.

* Eixos Temáticos (ET): 1. Fiscalização e Meio Ambiente; 2. Segurança Alimentar e Produção Sustentável; 3. Fortalecimento Institucional; 4. Desenvolvimento e implantação de Mecanismo Financeiro (Fundo Suruí)

3. Resultados da oficina de preparação do plano de monitoramento do projeto REDD Suruí

Realizada entre os dias 7 e 9 de maio de 2012, a “Oficina de preparação do plano de monitoramento do projeto REDD Suruí” teve como objetivos gerais: (i) produzir um plano de monitoramento para o projeto REDD Suruí, em concordância os resultados desenvolvidos com a metodologia AIS⁵; (ii) instrumentalizar os parceiros para implementar o plano de monitoramento no futuro. O evento contou com a participação de vinte representantes da TISS. A dinâmica da oficina combinou apresentação de instruções teóricas com exercícios grupais e discussões em plenária e, utilizou a metodologia de trabalho SMART (Específico, Mensurável, Ajustado, Realista e Temporal).

A seguir são listados alguns dos atuais impactos sociais negativos derivados das ações cotidianas na TISS, identificados pelos participantes da Oficina:

- ✓ Desestruturação do processo de lideranças;
 - Falta de diálogos entre as lideranças, incrementando a falta de confiança/respeito entre a comunidade e as lideranças;
 - Falta de comunicação e orientação entre os Suruí;
 - Disputa religiosa (sobre posição da religião na cultura e tradição Suruí);
 - Baixa representatividade política em algumas aldeias Suruí (aldeias recentes);
 - Falta de participação das mulheres;
 - Falta de união entre o povo facilitando a invasão de terceiros;
- ✓ Conflitos com os invasores:
 - Menor acesso a recursos naturais, por ex. madeira (devido ação contínua de desmatamento ilegal), caça e pesca (invasores armavam 30 redes por dia);
 - Acúmulo de lixo, poluição (latas, garrafas, etc.);
 - Poluição dos rios com mercúrio (garimpo);
 - Facilidade de adaptação e de inovação para driblar as regras impostas;
 - Conflito com o povo Zoró e Cinta Larga devido a invasão do território para a busca por madeira
- ✓ Ausência de agentes ambientais e pouca parceria com FUNAI, dificuldade de fiscalização e o surgimento de meeiros (produção de roça, plantio criação de gado);
- ✓ Falta de incentivos (do governo) de infra-estrutura e ferramentas produtivas e assistência técnica para a produção agrícola;
- ✓ Diminuição do cultivo tradicional (cara, batata, milho, amendoim, mandioca, mamão e banana) e de dependência do hábito alimentar ocidental (compra frango, peixe, arroz feijão, carne, etc.).

⁵ Avaliação de Impacto Social (AIS) de Projetos REDD+ desenvolvido por Richards e Panfil (2011)

- ✓ Uso diminuído da medicina tradicional;
- ✓ Presença de desigualdade social;
- ✓ Pouca autonomia e muita pressão da cultura não indígena;
 - Perda da alegria de antigamente;
- ✓ Pouco respeito pelos mais velhos 'korubey' e pouca transmissão de conhecimento tradicional;
 - Enfraquecimento da língua tradicional;
 - Falta da prática do uso do arco e fecha (yab);
 - Falta de bambu taquara para fecha (yab);

Na ausência de ações mitigadoras (ex. execução das atividades propostas para o Projeto Carbono Suruí) são prevista para o futuro (5 e 20 anos) os seguintes impactos sociais, condições limitantes e riscos na TISS:

- ✓ Ausência de organização sócio política;
 - Aumento desordenado das lideranças;
 - Criação desordenada de aldeias;
- ✓ Ausência de diálogo;
 - Intensificação dos meeiros nas terras indígenas;
 - Processo de colonização terras indígenas;
 - Controle total das igrejas ocidentais prática espiritual;
 - Vulgarização das mulheres indígenas;
- ✓ Uso múltiplo do território;
 - Aumento de números de ramais terras indígenas;
- ✓ Falta de educação alimentar;
 - Mudança no hábito alimentar;
 - Aumentos das taxas de diabéticos e obesidade;
 - Ausências de atendimentos diferenciados;
 - Falta articulação com o fundo nacional de saúde;
 - Falta de uma ação coletiva com relação a questões de saúde;
 - Não reconhecimento do papel dos agentes de saúde em parte das comunidades;
 - Processo parcial na seleção das pessoas que vão assumir o papel de agentes de saúde;
- ✓ Falta de ordenamento territorial;
 - Falta de visões coletivas das representantes indígenas nos planejamentos de infra-estruturas;
 - Falta de programa para implantação de infra-estruturas;
- ✓ Falta de uma discussão sobre a política interna para educação formal dos Suruí;
 - Aumento da imigração dos alunos indígena nas escolas dos não índios;
 - Aumento da taxa analfabetismo dos indígenas e de nepotismo entre indígenas;
 - Falta de confiança nas escolas indígenas pelas comunidades em função do processo de seleção dos professores que muitas das vezes não possuem o comprometimento adequada a prática de ensino;
 - Ineficiência no processo de seleção de pessoas para capacitação (promovendo o acúmulo de função);
- ✓ Diminuição a produção de artesanatos;
- ✓ Problemas crônicos drogas, álcool e prostituição;
- ✓ Extinção da caça e pesca.

Os impactos sociais listados, sejam derivados das atuais atividades realizadas na TISS como os previstos para o futuro (na ausência de ações mitigadoras), devem ser considerados como linha-base e cenário de referência (sem projeto), respectivamente. No entanto, a proposta de avaliações dos impactos sociais apresentadas neste Plano de Monitoramento é diretamente direcionada para as ações do Projeto Carbono Suruí.

4. Plano de Monitoramento de Impactos Sociais

Desenvolvido pelo Forest Trends, o presente “*Plano de Monitoramento dos Impactos Sociais do Projeto Carbono Suruí*” segue as recomendações do “*Manual para a Avaliação de Impacto Social e sobre a Biodiversidade (AISB) de Projetos REDD+*” desenvolvido por Richards e Panfil (2011).

As propostas contidas neste documento foram validadas durante a reunião de trabalho (realizada nos dias 6 e 7 de março de 2013) que contou com a participação de Almir Suruí, coordenador Geral Associação Metareilá; Wesley Pacheco, representante da Equipe de Conservação da Amazônia – ECAM, Gabriel C. Carrero, representante do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam).

A proposta metodológica do Plano contempla informações contidas nos seguintes documentos:

1. Memória dos resultados da “*oficina de preparação do plano de monitoramento do projeto REDD Suruí*” realizada entre os dias 7 e 9 de maio de 2012;
2. Documento Consentimento Prévio Informado e os Paiter Suruí, elaborado pelo antropólogo Thiago Ávila (ECAM) em parceria com a Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí;
3. Documento do Projeto (PDD) Carbono Suruí, versão 1.0 (13 de Outubro de 2011);
4. Plano de ação participativo para o desenvolvimento de uma economia racional e de manejo sustentável dos recursos naturais da TISS (Gamebey 2010);
5. Subsídios para construção do Plano de Promoção às Alternativas Econômicas da TISS (Milanez 2011);
6. O plano de gestão da Terra Indígena Setembro (50 anos dos Suruí (Metareilá/kanindé));
7. O Etnozoneamento da Terra Indígena Sete de Setembro (Metareilá/Kaninde) e Plano de Ação Suruí (Metareilá);
8. O Diagnóstico Etnoambiental e o levantamento da Biodiversidade (Metareilá/Kanindé/ECAM);
9. Aditivo do Acordo entre os Clãs pelas associações reafirmando o compromisso com o projeto de carbono.(Parlamento, 2013);
10. Subsídios para construção do Plano de Promoção às Alternativas Econômicas da Terra Indígena Sete de Setembro, Metareila/ECam, 2012
11. Plano de Negócio de Turismo: Estudo de Mercado da Terra Indígena Sete de Setembro(CSF/Kanindé/Metareila, 2012)

O Plano de monitoramento propõe avaliar os impactos sociais (positivos e negativos) **direta e indiretamente** derivados das ações do Projeto Carbono Suruí. O Quadro 2 apresenta os impactos sociais diretamente decorridos das atividades do Projeto e respectivas propostas de atividades de monitoramento. O Quadro 3 propõe as formas para avaliar (monitoramento) os impactos sociais indiretos da implementação do Projeto.

A proposta contempla a execução de uma série de medidas (complementares ou não entre as atividades), sendo estas:

- ✓ Revisão das memórias das reuniões entre Clãs: buscando constatar (i) conflitos sociais resultantes do mapeamento dos riscos, ameaças e vulnerabilidade da TISS e (ii) avaliar a estrutura e aprimoramento das cadeias produtivas proposta no âmbito do projeto;
- ✓ Entrevista com vigilantes: com intenção de avaliar os perigos e ameaças na TISS;
- ✓ Entrevista com representantes da comunidade: para avaliar (i) demanda e qualidade de assistência técnica oferecida; (ii) resultados de capacitações oferecidas; (iii) forma de distribuição dos recursos proveniente da venda dos créditos de carbono. Propõe-se utilizar um método de amostragem aleatória para a aplicação das entrevistas.
- ✓ Revisão dos relatórios da FUNAI e Polícia Ambiental: para avaliar se há aumento de atos ilegais dentro da TISS desenvolvidos por indivíduos parte da comunidade;
- ✓ Revisão das memórias das reuniões da Rede de Produtores: para avaliar o trabalho de moderação do espaço e a existência (e intensidade) de discussão de temas de conflitos não relacionados ao projeto e a atividade em si;
- ✓ Entrevista com participantes dos cursos oferecidos: para avaliar a qualidade (linguagem e conteúdo) da formação oferecida e a viabilidade de implantação do aprendizado;
- ✓ Consultas a representantes das associações: sobre (i) o conteúdo ou linguagem dos materiais publicados em nome da comunidade; (ii) equidade das formações realizadas e contratações.

As avaliações (monitoramento) foram propostas para serem executadas de forma consecutiva a implementação de cada atividade do projeto.

Quadro 3. Potenciais impactos sociais **diretamente** derivadas das atividades do Projeto Carbono Suruí e propostas de atividades de monitoramento.

Atividades do projeto (Propostas no PDD)	Potenciais Impactos Sociais		Atividade de Monitoramento do impacto social	Indicadores (dos impactos)	Período / Tempo ^b	Resp.
	Negativos	Positivos				
1.1. Mapear riscos, ameaças e vulnerabilidade da TISS;	Evidenciar conflitos sociais existentes	Resolução de antigos conflitos	Apresentação dos potenciais conflitos pelos Representantes de Zonas ao Parlamento Suruí (assembléias do	Nº de pautas relacionadas	Uma vez por ano / 1 dia	Metareilá

			Parlamento Paiter Surui)			
1.2. Limpar e re-aviventar picadas demarcatórias;	Facilitar o acesso de invasores para a extração de castanha e retirada de madeira.	Retração da ação de madeireiros e invasores com interesses diversos.	Relatoria sobre as expedições de vigilância.	Nº de ameaças (invasões e enfrentamentos) reportadas	A cada 3 meses (primeiros 3 anos)/ 2 dias	Metareila
1.3. Construção de bases de vigilância;	Expor os agentes ambientais a atores ilegais atuantes na TI	Aumento do sentimento de segurança				
1.4. Capacitação de Agentes Ambientais;	Agente ambiental com formação inadequada, gerando desinformação na comunidade	Aumento da consciência ambiental e dos valores culturais na terra indígena e incentivo à permanência de jovens na comunidade	Entrevista (amostragem aleatória) com representantes da comunidade e agentes ambientais (avaliação)	Avaliação categórica quanto ao impacto do agente ambiental	A cada ano (primeiros 3 anos)/ 10 dias	Kanindé e ECAM
1.5. Aproximar ações de fiscalização com FUNAI e Polícia Ambiental.	Evidenciar atos ilegais desenvolvidos por alguns indivíduos da comunidade	Melhor relação/ integração com as comunidades vizinhas	Revisão dos relatórios da FUNAI e Polícia Ambiental.	Nº de intervenções	Anualmente/ 2 dias	Kanindé/M etareila
1.6. Implementar rotina de expedições de vigilância.	Expor os agentes ambientais a atores ilegais atuantes na TI	Diminuição da influência de atores externos à comunidade Paiter Surui	Relatoria sobre as expedições de vigilância. (mesma atividade realizada em 1.3)	Nº de ameaças (invasões e enfrentamentos) reportadas	A cada 3 meses (primeiros 3 anos)/ 2 dias	Metareila/ Kaninde/E cam
2.1. Diagnosticar o potencial produtivo e a necessidade de assistência técnica;	Gerar expectativa sem a capacidade de prover assistência	Incremento na produção e sentimento de bem estar. Garantir a segurança alimentar.	Entrevista (amostragem aleatória) com representantes da comunidade (mesma atividade realizada em 1.4 sem a participação de agentes ambientais)	Avaliação categórica relacionada ao nível de satisfação	A cada ano (primeiros 3 anos)/ 2 dias	Kanindé e ECAM
2.2. Promover discussão sobre a Rede de Produtores;	Permitir a discussão de diversos temas de conflitos devido à falta de moderação apropriada e de outros espaços de discussões	Socialização do conhecimento tradicional local e externo o ao contexto Paiter Surui	Revisão das memórias das reuniões	Nº de demandas adicionais e reclamações	A cada 6 meses / 3 dias	ECAM e Kanindé
2.3. Identificar alternativas sustentáveis para geração de renda;	Beneficiar a uma minoria que esteja mais preparada, próxima ao mercado ou seja mais influente; Insuficientes oportunidades de alternativas econômicas aos interessados;	Incremento na produção, ingressos econômicos com consequente sentimento de bem estar.	Entrevista (amostragem aleatória) com representantes da comunidade (mesma atividade realizada em 2.1)	Nº de aldeias beneficiadas com alternativas de renda	A cada 1,5 anos (primeiros 3 anos)/ 2 dias	ECAM e Kanindé
2.4. Promover cursos de produção agroextrativista;	Gerar mais demanda que a capacidade do mercado em absorver a produção tendo como consequência a frustração das comunidades e desestímulo quanto a agenda de sustentabilidade do Povo Paiter Surui	Incremento na produção, ingressos econômicos e sentimento de bem estar	Conforme ações de entrevista do quadro 4.	Nº de pessoas satisfeitas e taxa de aumento efetivo da renda	A cada 3 anos	IDESAM
2.5. Identificar problemas tecnológicos e apontar procedimentos de melhoria;	Beneficiar a uma minoria que esteja mais preparada.	Diminuir o esforço de trabalho e aumento do sentimento de bem estar.	Entrevista (amostragem aleatória) com representantes da comunidade (mesma atividade realizada em 2.1)	Nº de aldeias beneficiadas e pessoas satisfeitas com a tecnologia proposta	A cada ano (primeiros 3 anos)/ 2 dias	Kanindé e Metareilá
2.6. Implementar manejo agroecológico de roças;		Incremento na produção e sentimento de bem estar. Garantir a segurança alimentar.		Nº de aldeias beneficiadas e pessoas satisfeitas com o manejo proposto		Kanindé e Metareilá

2.7. Estruturar e aprimorar cadeias produtivas;	Beneficiar a uma minoria que esteja mais preparada ou seja mais influentes;	Incremento na produção e sentimento de bem estar.	Revisão das memórias das reuniões provocadas pelos Representantes de Zonas ao Parlamento Surui (assembléias do Parlamento Paiter Surui). (mesma atividade realizada em 1.1)	Nº. de pautas relacionadas	Uma vez por ano / 1 dia	Metareilá
2.8. Elaborar material de comunicação;	Material com conteúdo ou linguagem inapropriado ou que represente apenas parte dos interesses da comunidade ou Clãs;	Aumento do reconhecimento de apropriação as atividades da comunidade	Consultas a representantes das associações	Proporção entre aceitação e rejeição	Anualmente / 2 dia	Metareilá
2.9. Fomentar atividades de reflorestamentos e Sistemas Agroflorestais, plantios e adensamento;	Utilizar espécies ou arranjos não desejados pela comunidade;	Incremento na produção, ingressos econômicos e sentimento de bem estar	Entrevista (amostragem aleatório) com representantes da comunidade (mesma atividade realizada em 2.1)	Avaliação categórica relacionada ao nível de satisfação	A cada ano (primeiros 3 anos)/ 2 dias	Metareilá, Kanindé e ECAM
2.10. Fornecer assistência técnica para produção local;	Gerar expectativa sem a capacidade de prover assistência					
2.11. Analisar possibilidade de certificação	Beneficiar a uma minoria que esteja mais preparada ou seja mais influentes;					
3.1. Fazer planejamento de estruturação dos Centros de Apoio;	Atender a uma minoria que estejam mais ativos ou próximos aos Centros de Apoio;	Incremento no sentimento de bem estar.	Revisão das memórias das reuniões provocadas pelos Representantes de Zonas ao Parlamento Surui (assembléias do Parlamento Paiter Surui). (mesma atividade realizada em 1.1)	Nº. de pautas relacionadas	Uma vez por ano / 1 dia	Metareilá/ Kanindé/ E cam
3.2. Apresentar Plano para aprovação dos Paiter.	Sobreposição de interesses e direitos	Incremento na produção e ingressos econômicos				
3.3. Equipar Centros de Apoio (computadores, impressoras, telefones, etc.) e veículos;	Beneficiar a uma minoria que esteja mais preparada ou próxima aos Centros de Apoio;	Socialização do conhecimento tradicional local e externo o ao contexto Paiter Surui				
3.4. Assessoria Técnica (gestão e organização administrativa).	Beneficiar a uma minoria que esteja mais preparada ou seja mais influentes;	Aumento do reconhecimento de apropriação as atividades da comunidade				
3.5. Contratação de pessoal	Não distribuir a contratação entre os diferentes Clãs e não atender a distribuição igualitária de gênero.	Incremento na produção e ingressos econômicos Maior oportunidade de trabalho (e permanência) aos jovens	Revisão das memórias das reuniões provocadas pelos Representantes de Zonas ao Parlamento Surui (assembléias do Parlamento Paiter Surui). (mesma atividade realizada em 1.1)	Nº. de demandas adicionais	A cada ano (primeiros 3 anos)/ 2 dias	Metareilá, Kanindé e ECAM
4.1. Criar modelo de gestão financeira para Fundo Suruí;	Beneficiar a uma minoria que esteja mais preparada ou seja mais influentes;		Entrevista (amostragem aleatório) com representantes da comunidade (mesma atividade realizada em 2.1)			
4.2. Diversificar fontes de recursos para implementação das atividades do projeto;	Beneficiar a uma minoria que esteja mais preparada ou seja mais influentes;					

Fonte: adaptado de PDD PCFS

Eixos Temáticos: 1. Fiscalização e Meio Ambiente; 2. Segurança Alimentar e Produção Sustentável; 3. Fortalecimento Institucional; 4. Desenvolvimento e implantação de Mecanismo Financeiro (Fundo Surui)

b. Período: ano e intervalo de avaliação /Tempo: numero de dias dedicado por atividade de medição e registro.

Tendo em consideração os resultados da “*oficina de preparação do plano de monitoramento do projeto REDD Surui*” e a proposta de avaliação dos potenciais impactos sociais **diretamente** derivados das atividades do Projeto, o Quadro 3 apresenta indicadores para a avaliação de impactos sociais não (necessariamente/diretamente) relacionados à execução de atividades do Projeto. Trata-se de uma proposta

para avaliar se os benefícios do Projeto (principalmente, maior poder aquisitivo) influenciam/impactam na mudança do comportamento social da comunidade e a relação desta com os vizinhos. Para avaliar (monitorar) estes indicadores se propõe aplicar entrevistas com a comunidade, a cada 4 anos, utilizando uma metodologia de amostragem aleatória para a seleção dos entrevistados e, continuar entrevistando aos mesmos durante o período do projeto. Estas atividades serão de responsabilidades da Metareilá.

Quadro 4. Potenciais impactos sociais *indiretamente* derivadas das atividades do Projeto Carbono Suruí e propostas de atividades de monitoramento.

Potenciais Impactos Sociais (negativos)	Indicadores
Aumento da disputa religiosa	Número de novos templos
Diminuição da representatividade política	Número de novas aldeias, associações e ramais
Aumento desordenado das lideranças	
Falta de visões coletivas das representantes indígenas nos planejamentos de infra-estruturas	
Insuficiente participação das mulheres	
Conflito com comunidades vizinhas	Proporção de participação de mulheres nas associações
Mudança no hábito alimentar	Número de novas invasões do território TISS
Mudança no hábito cultural	Proporção de utilização de cultivos tradicionais e compra de alimento externo; Taxas de diabéticos e obesidade
	Porcentagem de pessoas que utilizam: ✓ Língua tradicional ✓ Utilizam do arco e fecha ✓ Produzem artesanatos ✓ Hábito de caçar e pescar Porcentagem de pessoas com Problemas crônicos drogas, álcool e prostituição
Falta de uma ação coletiva com relação a questões de saúde	Porcentagem de pessoas que utilizam medicina tradicional
Aumento da imigração dos alunos indígena para as escolas dos não índios	Número de agentes de saúde presentes na comunidade
Saneamento Básico	Porcentagem de pessoas que utilizam a língua tradicional
	Número de professores na escola indígena Taxa analfabetismo dos indígenas Número de indígenas Suruí com 2º e 3º graus
Manutenção e melhoria dos HCVs (áreas de alto valor cultural: zonas sagradas e culturais) existentes na TISS (baseado nas diretrizes estabelecidas pelo etnozoneamento)	Número de Agentes de Saneamento por aldeia
	Número de casas equipadas com fossas sépticas
	Número de Invasões reportadas

Os resultados do monitoramento (memórias de reuniões, relatórios e análises de entrevistas) serão postados periodicamente na subpágina Web Suruí (<http://www.paiter.org/>), criada especificamente para esta ação. Adicionalmente, os documentos serão postados na subpágina sobre o Projeto presente na pagina Web do Observatório REDD (<http://www.observatoriodoredd.org.br/portal/projeto.php?projeto=29>) que conta com espaços específicos (Fórum) para comentários, auxiliando no processo de transparência. Os resultados também serão comunicados às comunidades locais – a cada 4 anos – em eventos específicos para debate sobre as possibilidades de melhoria e, os resumos serão apresentados nas assembléias do Parlamento Paiter Suruí, uma vez por ano.